

**Ajuda Memória - Acompanhamento Progestão nº 30/2016/COAPP/SAS**  
Documento nº 00000.072854/2016-63

Em 16 de dezembro de 2016.

<b>Assunto:</b> Acompanhamento do Progestão do estado de Santa Catarina no ano de 2016
<b>Nº do Processo Progestão:</b> 02501.000772/2013-59
<b>Evento:</b> <input checked="" type="checkbox"/> Oficina de acompanhamento <input type="checkbox"/> Reunião <input checked="" type="checkbox"/> Videoconferência
<b>Local:</b> Sede da SDS, Centro Administrativo Estadual. <b>Cidade:</b> Florianópolis/SC
<b>Data da Oficina:</b> 17 e 18/05/2016 <b>Data da Videoconferência:</b> 27/10/2016
<b>Instituições participantes:</b> SDS e ANA.

## Relato

1. Este Relato abrange os aspectos relevantes do acompanhamento, ao longo do ano de 2016, do Contrato ANA nº 026/2014 com o Estado de Santa Catarina, no âmbito do programa Progestão. Foram realizadas duas interações principais, a primeira em uma oficina presencial, e a segunda por videoconferência. Participaram dos referidos eventos os representantes da SDS, Bruno Beilfuss (Diretor DRHI), Rui Batista Antunes (Gerente de Planejamento) e Renato Bez Fontana (Gerente de Outorga), além de outros técnicos.

2. Registra-se que, além desses eventos, inúmeras outras interações ocorreram no âmbito do Progestão em 2016, sobretudo por via de mensagens eletrônicas, visando esclarecer detalhes do encaminhamento de atividades, documentos e certificação de metas, todas estas registradas e copiadas à Coordenação da COAPP.

3. A primeira oficina de 2016, realizada nos dias 17 e 18 de maio, na sede da SDS, no Centro Administrativo Estadual, em Florianópolis/SC, tratou detalhada e individualmente de todas as metas. Por ocasião do segundo evento, realizado por videoconferência no período da tarde de 27 de outubro, foram novamente discutidas as metas do Programa. Anexamos a planilha eletrônica resultante da situação atual do estado em relação ao cumprimento de metas do Progestão.

4. A seguir procedemos à discussão da situação das metas de cooperação federativa:

**Meta I.1** – Integração das bases cadastrais: contou com a preciosa contribuição presencial da Gerente da COCAD, Raquel Scalia, que sanou dúvidas e orientou a equipe da DRHI quanto à melhor forma de encaminhar o atendimento da meta, em atraso naquele momento. Praticamente 100% dos atos de regularização de usuários de águas superficiais e subterrâneas do ano 2016 foram carregados no CNARH 40, no entanto apenas cerca de 36% dos atos regulatórios até o ano de 2015 estava cadastrado nesse banco de dados, quando a meta deveria ser o cadastro de pelo menos 80%.

**Meta I.2** – Compartilhamento de dados de água subterrânea: da estimativa inicial de 80 processos vinculados ao uso de águas subterrâneas, 60 já haviam sido regularizadas até aquele momento.

**Meta I.3** – Relatório do Conjuntura: a planilha com dados das outorgas concedidas pelo estado foi enviada em 27/10. Como o estado ainda não tem monitoramento qualitativo, não há dados de qualidade a serem enviados.

**Meta I.4** – Prevenção de eventos hidrológicos críticos: conforme planilha do gestor PCD, as estações vinculadas à rede nacional de monitoramento, nos 4 primeiros meses do ano corrente (2016)

tiveram ITD menor que 80%, com perspectiva de comprometimento desta meta. Foi informado que equipe da ANA (Diana e Alessandra) faria visita ao estado nos dias 17 e 18 de novembro, quando dúvidas sobre o funcionamento da Sala de Situação poderiam ser sanadas.

**Meta 1.5** –Atuação em Segurança de Barragens: está sendo contratado uma empresa para efetuar os serviços de classificação de 71 barragens do estado até meados de 2017. Tendo em vista os prazos para a conclusão dos trabalhos, ficou acertado que seria solicitado à ANA um adiamento na comprovação desta meta, o que foi feito posteriormente pela DRHI/SDS, tendo recebido a anuência da COSER/SRE/ANA.

5. Quanto às metas estaduais, por se tratar de um elenco mais extenso, serão referidas em destaque apenas aquelas que apresentaram algum aspecto peculiar ou risco de não serem atendidas no exercício. Por conseguinte, as metas não referidas neste relatório foram consideradas em adequado andamento.

**Variável 1.2** – A partir da adesão ao Progestão, a estrutura do organismo estadual encarregado da gestão dos Recursos Hídricos (DRHI/SDS-SC) tem sido reforçada com um incremento de recursos humanos, porém ainda não suficiente para fazer frente às demandas institucionais e legais. Espera-se que essa estrutura atinja uma estabilidade por volta de 2018. Foi reiterada a sugestão de contratação de bolsistas, o que está sendo encaminhado pela SDS via instituições de pesquisa do estado.

**Variável 1.7** –A SDS está concluindo processo relativo ao apoio à secretaria executiva dos comitês, que deve vigorar a partir do próximo ano (2017), firmando Termos de Colaboração com organizações da Sociedade Civil sem fins lucrativos, que terão papel de Entidades Executivas dos Comitês de Bacias, organizadas por região hidrográfica do estado.

**Variável 1.9** –O estado foi alertado que, por ser tipologia C, a meta de capacitação é de atendimento obrigatório e seu cumprimento deverá ser apresentado ao CERH até abril de 2017. Técnicos da SDS estão acompanhando e sendo capacitados na metodologia do projeto DesenvolveRH, coordenado pela ANA, de modo a viabilizar o posterior detalhamento do Plano Estadual de Capacitação.

**Variável 2.4** –O Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH) foi contratado e está em fase de desenvolvimento, além de três planos de bacia.

**Variável 2.6** – O enquadramento dos corpos de água do estado está definido na Resolução 001/2008 do CERH, porém já existem algumas bacias com plano elaborado que possuem enquadramento próprio, em discussão no CERH; em outros que estão sendo elaborados haverá uma discussão para o enquadramento dos corpos de água.

**Variável 3.3** – A partir de julho os problemas envolvendo algumas estações de monitoramento da rede começaram a ser sanados com a viabilização de recursos para a manutenção corretiva e preventiva destinados à EPAGRI.

**Variável 3.4** –Elaborado, aperfeiçoado e em processo de TDR para contratação de entidade para criar o Sistema de Monitoramento da Qualidade da Água, integrar com algumas ações de monitoramento da qualidade que já vem sendo efetuada em algumas bacias por entidades específicas e, finalmente, o próprio monitoramento estadual, com possível adesão do estado ao programa Qualiáguas. Prazo até 2017 para o estado monitorar a qualidade da água. Segundo informado, está prevista a contratação de empresa para este monitoramento.

**Variável 3.5** – O SEGREH-SC dispõe de páginas internet articuladas onde são publicados informes e disponibilizados documentos relativos à GRH. A da página web do Progestão propiciou maior integração e acesso às informações, registros e documentos do programa em todas as UFs, e está sendo utilizada pelo estado como referência de apoio para a gestão do programa no estado.

**Variável 4.1** –Até o ciclo 2015 não havia obrigatoriedade, porém no ciclo avaliativo de 2016 é obrigatório pelo menos uma outorga de lançamento, o que ainda não havia sido realizado pelo DRHI/SDS-SC, por falta de regulamentação. No entanto, após a videoconferência a entidade estadual sinalizou a realização de esforços para uma tentativa de viabilizar a emissão de pelo menos uma outorga na bacia piloto de Itajaí, onde já existe proposta de enquadramento. Recomendou-se a consulta a estados como RS e Paraná, que têm experiências bem sucedidas nesse tema.

**Variável 4.2** –A fiscalização está em fase final de regulamentação com um conjunto de normativos em vias de serem aprovados. Há previsão de contratação de 11 bolsistas para integrar a equipe responsável pela gestão de recursos hídricos por meio de parceria com a Fapesc.

**Variável 4.7** –Permanece a necessidade de uma maior normatização dos processos de repasse de recursos às ações finalísticas do sistema, porém tem havido avanços, que serão consolidados com a contratação das Entidades Executivas dos CBHs, bem como às demais entidades vinculadas ao sistema. As normas devem também estabelecer uma priorização para atendimento às linhas temáticas, decorrentes do que for estabelecido no Plano Estadual, bem como fomentar programas indutores, a exemplo da iniciativa de CBHs de ações com o Produtor de Água.

## **Principais encaminhamentos ou providências a serem tomadas**

6. As principais recomendações e encaminhamentos acordados com o órgão gestor de SC

estão registradas nos comentários das respectivas metas acima e na planilha anexa a essa Memória.

## **Conclusões**

7. O estado de Santa Catarina tem demonstrado empenho e boa vontade na efetivação das metas pactuadas, com reforço de equipes e iniciativas que viabilizaram avanços na gestão. Ainda assim, há metas com risco de não cumprimento integral (4.1) ou parcial (1.4), o que pode gerar impacto relevante no cômputo do desembolso correspondente ao ano em curso.

8. Em virtude da fluidez alcançada nas interações entre a DRHI/SDS-SC e a SAS-ANA, pode-se afirmar que o Progestão não apenas contribuiu para o fortalecimento da estrutura e práticas de gestão de recursos hídricos do estado, mas também induziu o papel de articulação da ANA com o setor público, na medida em que o estado adquiriu confiança e passou a recorrer a Agência com mais intensidade em diversas outras ocasiões, sobretudo em busca de apoio para outras atividades, desde consultas sobre domínio das águas de corpos hídricos e outros aspectos técnicos, mediação para a interlocução com setores especializados da ANA (SPR), até o fornecimento de referências quanto a procedimentos institucionais.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)  
AGUSTIN JUSTO TRIGO  
Gestor do Contrato nº 772/ANA/2013  
Portaria ANA nº 350, de 06 de outubro de 2015

De acordo. À SAS para conhecimento.

(assinado eletronicamente)  
LUDMILA ALVES RODRIGUES  
Coordenadora da Coordenação de Apoio e Articulação com o Poder Público

Ciente, para anexar ao processo.

(assinado eletronicamente)  
HUMBERTO CARDOSO GONÇALVES  
Superintendente de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos

Eventos de acompanhamento do Progestão de SC no ano de 2016

ESTADO: SC SDS TIPOLOGIA: B ANO 3: 2016 5 VARIÁVEIS COOPERAÇÃO FEDERATIVA

METAS DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA

ID	META	VARIÁVEL	Ponto Focal/ANA	Ponto Focal/SC	Instituição / Unidade responsável no Estado	Status da meta	Oficina de 17 e 18/05/2016	Videoconferencia de 27/10/2016	Ações previstas para garantir o cumprimento da meta nos próximos anos	Prazo
1.1	Integração das bases cadastrais	Dados de usuários de recursos hídricos disponibilizados no CNARH	Raquel/ COCAD	Robson, Marcelo e Renato	DRHI/SDS	Em 2016 deverão ser cadastrados no CNARH 80% dos usuários regularizados até 2015 e 100% das outorgas emitidas em 2016	Sistema de outorga e atualização do sistema de cadastro estadual em fase de TdR; verificar possibilidade de uso do CNARH para o cadastro dos novos registros. Analisar questão do período de abrangência das informações pelo ano calendário ou ano hidrológico - rever datas limites.	Em 2016 foram regularizados 119 usuários, além de 150 autorizações de perfuração de poços concedidas. Destle montante quase a totalidade foi dado up load para a planilha do CNARH 40. Até 2015 há um total de 388 atos válidos de usos de recursos hídricos, sendo que cerca de 140 já foram transferidos para o CNARH. Segundo informado, está em tramitação a regularização de águas subterrâneas em área urbana. Há um atraso no cadastramento.	Avaliar como o TdR atende às demandas do Cadastro estadual, processo de outorga e integração com CNARH	Até 20/01/2017
1.2	Compartilhamento de informações sobre águas subterrâneas	Informações disponibilizadas para o SNIRH	Leticia/SIP	Renato e Fábio Zandonai	DRHI/SDS	Previsão de regularização de 80 (outorgas) captações subterrâneas de janeiro a dezembro de 2016	Até esse momento, de janeiro a junho/2016, foram outorgados 34 captações subterrâneas. De forma complementar, informamos que mais de 90% dos usuários declaram captações subterrâneas com vazões insignificantes, que constam no Sistema Estadual de Usuários de RH. Este sistema não contempla informações técnicas sobre o poço.	Da estimativa inicial de 80 casos, 60 processos de captação de águas subterrâneas foram regularizados até o momento em 2016. Com a atual equipe é plausível o cumprimento da meta, porém, diante da perspectiva de iniciar o processo de regularização da outorga para irrigação e para diluição de efluentes se fará necessário reforço da equipe.	Nos próximos anos prevê-se um incremento da demanda de outorga, isto porque se planeja dar início ao processo de regularização das outorgas para irrigação (foco na rizicultura) e de efluentes. Consequentemente visualiza-se a necessidade de reforço da equipe e maior informatização dos processos, através de um sistema de outorga.	Até 28/02/2017
1.3	Contribuição para difusão do conhecimento (Oficina 2016)	Dados disponibilizados para o relatório "Conjuntura dos Recursos Hídricos"	Alexandre Lima e Laura / SPR	Rui e Vinicius	DRHI/SDS	As informações devem ser encaminhadas até outubro, no formato solicitado. A DRHI será responsável por consolidar todas as informações necessárias ao Conjuntura (dados de outorga, de monitoramento da qualidade da água e atualização dos planos de bacia) para envio à ANA. Configurar saídas para incluir "nomes dos rios".		Planilha com dados das outorgas concedidas pelo estado foi enviada em 27/10. Como o estado ainda não tem monitoramento qualitativo, não há dados de qualidade a serem enviados.	O estado analisará a possibilidade de aderir ao Qualiáguas.	Até 31/10/2016.
1.4	Prevenção de eventos hidrológicos críticos	Manual Operativo da Sala de Situação elaborado e manutenção correliva da rede telemétrica realizada	Alessandra Couri /SUM e Fabricio e Diana/SGH	Bruno e Renato	DRHI/SDS/EPAGR /CIRAM	O Manual elaborado em 2015 foi considerado bom. Neste ano apresentar Relatório de Consolidação dos Boletins Diários da Sala de Situação, contendo: a) O modelo do(s) boletim(ns) que foi(ram) produzido(s) durante o ano de 2016, inclusive sobre eventuais eventos críticos ocorridos; b) A indicação da quantidade de dias de produção de cada boletim; c) Se houve ou não publicação em website e, em caso afirmativo, informar o endereço eletrônico; e d) Os órgãos que receberam os referidos boletins. Manter ITD > 80%	Há parceria/convênio com a Defesa Civil e demais órgãos. Há disponibilidade de pessoal técnico especializado para manutenção das PCDs. Já está encaminhado junto à ANA solicitação de PCDs para uma adequada prevenção de eventos hidrológicos extremos no estado. Será instalado o equipamento de vídeo-conferência enviado pela ANA para a Sala de Situação.	Foi realizada reunião da ANA (Alessandra e Diana) com a EPAGRI dias 17 e 18/11 para avaliar a operação das estações e ajustar os detalhes do desempenho e avaliação da meta. Na ocasião foi esclarecido, conforme planilha do gestor PCD, que, até julho de 2016, o índice de transmissão das PCDs não atingiu a meta de 80%. Repassados 1,74 milhão da SDS à Epagri este ano.	Necessidade de equipe para consolidar e instâncias de integração das informações entre os agentes envolvidos na gestão dos recursos hídricos, orientar estudos necessários e gerar boletins. Está previsto a elaboração de relatórios das manutenções corretivas. Apoiar com recursos financeiros a estrutura da EPAGRI responsável por esta meta.	31/03/2017

Eventos de acompanhamento do Progestão de SC no ano de 2016

ESTADO: SC	SDS	TIPOLOGIA: B	ANO 3: 2016	5 VARIÁVEIS COOPERAÇÃO FEDERATIVA
------------	-----	--------------	-------------	-----------------------------------

METAS DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA

ID	META	VARIÁVEL	Ponto Focal/ANA	Ponto Focal/SC	Instituição / Unidade responsável no Estado	Status da meta	Oficina de 17 e 18/05/2016	Videoconferencia de 27/10/2016	Ações previstas para garantir o cumprimento da meta nos próximos anos	Prazo
I.5	Atuação para segurança de barragens	Cadastro de barragens estruturada e classificação das barragens realizada	Fernanda Laus/SRE	Vinicius/DRHI/ SDS Ivana/ FATMA	DRHI/SDS/ FATMA	<p>Para barragens de usos múltiplos que não gerem energia elétrica, avançar no sentido de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Classificar as barragens cadastradas quanto ao DPA e CRI; Ver no Informe 4 de 2016 os campos do Formulário a ser preenchidos (Classif CRI); Cadastro de SB complementado, atualizado e refinado;</li> <li>- Regulamentar o artigo 9º da Lei nº 12.334/2010, que trata das Inspeções Regulares.</li> </ul>	<p>Está sendo elaborado o levantamento e cadastro de barragens do estado para fins do Relatório Nacional de Segurança de Barragens, a ser atualizado anualmente. Não há estrutura de fiscalização preventiva, mas apenas mediante denúncia ou evento. A classificação por danos e riscos resultará da declaração do empreendedor. 114 barragens identificadas: necessidade de levantamentos de campo para identificação de características, proprietários, etc. Ainda não foi feita a regulamentação da política de segurança de barragens no estado.</p>	<p>Previsão de consolidar um banco de dados com informações gerais de barragens. foi esclarecido que está sendo contratado uma empresa para efetuar os serviços de classificação de 71 barragens até meados de 2017. Tendo em vista os prazos para a conclusão dos trabalhos, será solicitado da ANA um adiamento na comprovação desta meta junto a COSER. A regulamentação do art. 9º da Lei SB pode ser feita por bolsista, adequando a inspeção regular às necessidades de SC a partir de exemplos de outros estados.</p>	<p>Instituir a PESB e critérios de segurança. Articular com entidades estaduais e ANA a estruturação de cursos de capacitação sobre segurança de barragens no estado.</p>	Até 31/01/2017.

Eventos de acompanhamento do Progestão de SC no ano de 2016

ENTIDADE ESTADUAL:SDS		TIPOLOGIA: B		ANO 3: 2016		9 VARIÁVEIS ESTADUAIS OBRIGATÓRIAS			TOTAL DE 31 VARIÁVEIS ESTADUAIS		
-----------------------	--	--------------	--	-------------	--	------------------------------------	--	--	---------------------------------	--	--

ID	VARIÁVEIS A SEREM	Tipo	Peso (%)	Nível aprovado	Auto Avaliação 2014	Auto Avaliação 2015	DESAFIO?	PRINCIPAIS ASPECTOS LEVANTADOS	AÇÕES PROPOSTAS	Respon-sáveis	Fonte de recursos
1.1	Organização institucional do modelo de gestão	B	25	3	2	3	NÃO	Necessidade de avaliar e aprimorar as propostas organizacionais em andamento.	Aprimorar a articulação com demais órgãos setoriais vinculados à GRH. Incentivar e orientar a reestruturação administrativa que envolve os setores vinculados à Gestão dos Recursos Hídricos.	GABS/DRHI/SDS	
1.2	Organismo(s) Coordenador/Gestor	B		3	2	3	NÃO	O órgão gestor do estado é vinculado à Administração direta. As ações são compartilhadas entre o órgão central (SDS) com sua Diretoria de Recursos Hídricos (que tem equipe reduzida e não consegue atender a todas as atribuições inerentes à gestão) e órgãos descentralizados. A partir do PROGESTÃO houve um incremento de recursos humanos na Diretoria de Recursos Hídricos, porém ainda não suficiente para a execução de todas as atribuições (institucionais e legais - cobrança, monitoramento da qualidade, outorga de lançamento, etc) do Organismo Gestor. Prazo: 2018	Necessidade de fortalecimento de pessoal. Previsão de nomear 6 técnicos temporários, concurso público para repor o quadro da DRHI e tentar a cessão de servidores de outras entidades. Não havendo no curto prazo possibilidade de concurso para contratação de pessoal do quadro permanente, sugere-se a emissão de edital para contratação de bolsistas e estagiários para tarefas essenciais, com os recursos repassados ainda não aplicados.	GABS/DRHI/SDS	
1.3	Gestão de Processos	I		2	1	2	NÃO	Fluxos de processos estruturados para a outorga.	É necessário promover um levantamento sistemático dos processos internos e externos à DRHI no contexto da SDS e do Sistema Estadual de Gestão dos Recursos Hídricos de Santa Catarina, de modo a poder manualizar e normalizar seus procedimentos. Isso implicaria em organizar os manuais e procedimento no SIRHESC, tanto para o público interno como o público externo.	DRHI/SDS	
1.4	Arcabouço legal	B		3	2	3	NÃO	Há regulamentação para outorga e o FEHIDRO. Existem minutas de normativas complementares para preencher lacunas do arcabouço legal no âmbito estadual. Decreto regula Águas Subterrâneas. Em análise jurídica a regulamentação da Segurança de Barragens (fiscalização, vistorias) (art. 9º).	Necessária a submissão e aprovação das propostas de regulamentação existentes.	Casa Civil/GABS/DRHI/SDS/CERH	
1.5	Conselho Estadual de Recursos Hídricos	B		4	4	4	NÃO	O CERH é atuante e funciona em condições adequadas.	Prever o intercâmbio sistemático de informações com o Conselho em relação ao Progestão e estimular o acompanhamento da implementação das metas. Necessidade de atualização do planejamento do CERH.	CERH	
1.6	Comitês de bacias e organismos colegiados	I		3	3	3	NÃO	O estado hoje está dividido em 10 regiões hidrográficas (1 a 3 bacias) totalizando 18 bacias das quais 16 com Comitês de Bacia Hidrográfica (Biguaçu juntou com a do Tijucas) - apenas uma bacia sem CBH.	O apoio do governo estadual aos comitês deverá ser intensificado por intermédio da DRHI.	DRHI/CERH	
1.7	Atividades de duas entidades delegatárias	I		3	2	2	SIM	O cenário de estruturação das Agências de Água nos CBHs não poderá evoluir significativamente enquanto não houver a disposição política para a implementação da cobrança nas bacias. Atualmente o apoio financeiro aos Comitês de Bacias são repassados a entidades parceiras indicadas pelos Comitês, porém a SDS está firmando Termos de Colaboração com organizações da Sociedade Civil sem fins lucrativos que serão denominadas Entidades Executivas dos Comitês de Bacias. Prazo: 2016	Necessidade de analisar o cenário socioeconômico e as condições políticas para avaliar os impactos da cobrança no estado, bem como as condições para a sua implementação, caso viável.	Casa Civil/GABS/DRHI/SDS/CERH	
1.8	I			2	2	2	NÃO	Existe uma estrutura institucional de comunicação em condições adequadas, sobretudo nos portais de transparência e nas mídias eletrônicas. O principal papel dos CBHs tem sido a difusão, comunicação e educação ambiental em relação ao tema água. Analisar relatórios dos CBHs para estruturar "case" de boas práticas na área de comunicação www.aguas.sc.gov.br	É necessário desenvolver um planejamento estratégico de comunicação específica para a questão dos Recursos Hídricos, identificando os recortes de públicos vinculados - gestores, consumidores, produtores, etc. Desafio: elaborar Plano de Comunicação. Ver possibilidade de apoio da ASCOMANA ao desenvolvimento de estratégias/plano de comunicação.	Casa Civil/GABS/DRHI/SDS/CERH	
1.9	B			2	2	2	NÃO	Necessidade de estruturar Planos de Capacitação para equipes dos órgãos gestores e demais entes do SEGRH/SC. Definir o ponto focal de capacitação junto à ANA. Sobre o Plano de Capacitação o estado foi alertado que, por ser tipologia C, esta meta é de atendimento obrigatório e seu cumprimento deverá ser apresentado ao CERH até abril de 2017. Será disponibilizado material adotado pelo Espírito Santo para levantamento das demandas junto ao órgão gestor, ao CERH e CBHs com vistas a uma elaboração preliminar do referido Plano a ser detalhado posteriormente, segundo a metodologia repassada pela ANA por meio do projeto DesenvolveRH.	Assegurar a elaboração do Plano de Capacitação em RH (técnicas envolvidas no DesenvolveRH) e sua implementação visando o desenvolvimento contínuo de técnicos, gestores e analistas ambientais do Estado, de membros e lideranças dos organismos de bacias e de proponentes potenciais de projetos para captação de recursos financeiros junto ao FEHIDRO.	DRHI/SDS	

ID	VARIÁVEIS A SEREM	Tipo	Peso (%)	Nível aprovado	Auto Avaliação 2014	Auto Avaliação 2015	DESAFIO?	PRINCIPAIS ASPECTOS LEVANTADOS	AÇÕES PROPOSTAS	Respon-sáveis	Fonte de recursos
1.10	Articulação com setores usuários e transversais	A		2	2	2	NÃO	Necessidade de intensificar a articulação. EPAGRI, Defesa Civil, FATMA, são os principais setores institucionais. CBHs representam setores usuários. Há experiências muito positivas de setores usuários com visão integradora e do interesse da bacia. Integração dos licenciamentos ambientais de lançamentos (FATMA) com a outorga.	Não há agendas conjuntas em relação às demais políticas relacionadas à água (ambiental, saneamento, etc.). Não há estrutura formal de assessoramento aos CBHs, mas a gerência de outorga atende intensivamente às demandas. Experiências com Câmaras Técnicas de CBHs atuantes no Araranguá (mineração e irrigação), Tubarão (geração hidrelétrica), Timbó e Canoinhas (água e solo).	DGAC-DPMA	
<i>São 4 variáveis de gestão LEGAIS com atendimento obrigatório em todos os períodos de certificação (1.1, 1.2, 1.4 e 1.5); 5 em 2016; 5 em 2017; e 6 em 2018.</i>									<i>Alcance dos níveis de exigência em pelo menos 5 variáveis de gestão</i>		
2.1	Balanco hídrico	B		2	2	2	NÃO	Sistema de informação (SIRHESC) com banco de dados de usuários cadastrados e em processo de consistência, 7 planos de bacia elaborados com demandas e disponibilidades hídricas, estudos com base hidrográfica regionalizada com as vazões mínimas e médias estimadas e estudo de estimativa de disponibilidade hídrica subterrânea (mapeamento hidrogeológico CPRM). TdR do Plano Estadual pronto para o processo de contratação. Fortalecer o balanço hídrico com a dimensão águas subterrâneas e qualidade.	Necessidade de dar continuidade à consistência das declarações do banco de dados do cadastro de usuários com informações dos usos. Aperfeiçoar e integrar os diversos bancos de dados (cadastro, outorga e planos de bacia, SADPLAN).	DRHI/SDS	FEHIDRO
2.2	Divisão hidrográfica	B		3	3	3	NÃO	Existe uma Lei Estadual regulamentando a divisão hidrográfica, entretanto são necessários ajustes em algumas das Unidades de Gestão. Proposta de revisão / atualização da DH - ver questão do Canoas (União) 25% do estado, que tem CBH estadual e há TdR para contratação do Plano do Canoas. A divisão hidrográfica do estado é avançada (escala de 1:10 mil) – SIGSC.	Submeter proposta para aprovação do CERH	GEPHI/DRHI/SDS	Recursos próprios
2.3	Planejamento estratégico institucional	I		3	1	2	SIM	Necessidade de avançar no processo de planejamento estratégico considerando os planejamentos já existentes.	Elaborar Programa de Planejamento Estratégico Institucional e submeter à deliberação da SDS e ao CERH. Fortalecer a Articulação Interinstitucional nos próximos anos. Premissa: adequar a estrutura institucional às diretrizes emanadas do Plano Estratégico de Recursos Hídricos do Estado P Plano Estadual de RH deve contemplar dimensões estratégicas para a GRH do estado, que subsidiarão um Plano estratégico institucional da SDS e do DRHI.	GABS/DRHI/SDS	Recursos próprios
2.4	Plano Estadual de Recursos Hídricos	I	10	3	1	2	SIM	TdR do Plano Estadual pronto para o processo de contratação. Existem recursos e deliberação institucional. Em processo de elaboração e conclusão prevista para o início de 2018. Atualmente estão em fase de elaboração o PERH, além de 3 planos de bacia. Contam com apoio da Assessoria da Secretaria para divulgação das programações previstas (site "Águas de SC").	É necessário definir a forma (licitação/convênio/outorga) e encaminhar o processo de contratação.	GABS/DRHI/SDS	FEHIDRO
2.5	Planos de bacia	I		2	2	2	NÃO	43% dos comitês estaduais (7 elaborados + 3 em elaboração de 16) contam com Planos Diretores de Recursos Hídricos aprovados.	Existem TdR para planos de bacia a serem contratados. É necessário definir a forma (licitação/convênio/outorga) e encaminhar o processo de contratação.	GABS/DRHI/SDS	FEHIDRO
2.6	Enquadramento	A		3	2	2	SIM	Existe Resolução CERH definindo genericamente o enquadramento dos corpos hídricos do estado. Minuta de Resolução tramitando no CERH definindo o enquadramento da Bacia do Itajaí. O enquadramento dos corpos de água do Estado está dentro da Resolução 001/2008 do CERH, porém, já existem algumas bacias com plano elaborado que possuem o enquadramento próprio e em discussão no CERH e outros que estão sendo elaborados haverá uma discussão para o enquadramento dos corpos de água. PRAZO: 2018	Aprovação e implementação da proposta de enquadramento para as águas superficiais. As bacias com enquadramento proposto em planos ainda não estão em conformidade com a resolução CNRH 91/2008, e será necessário complementar essas propostas com estudos de implementação.	SDS, CERH e CBH Itajaí	Sem novas despesas nos trâmites de aprovação
2.7	Estudos especiais de gestão	A		3	3	3	NÃO	Existem alguns produtos, a exemplo de: Estudos para Implementação dos Instrumentos de Gestão; Mapeamento Hidrogeológico do Estado de SC; Levantamento Aerofotogramétrico e Restituição da Hidrografia de SC Escala 1:10.000; Sistema de Apoio à Decisão SADPLAN. Existem estudos específicos desenvolvidos pelos CBHs e compartilhados com a SDS.	Atualização dos instrumentos Diagnóstico Geral das Bacias Hidrográficas; Panorama de Recursos Hídricos, a partir do Plano Estadual.	SDS/DRHI	Sem novas despesas.
2.8	Modelos e Sistema de Suporte à Decisão	A		2	2	2	NÃO	Existe o SADPLAN para elaboração do Balanço Hídrico, suporte ao Planejamento e à Regulação. Sistema de alerta de eventos críticos (Sala de Situação).	Sistema em aprimoramento no módulo de qualidade do SADPLAN. É necessária a integração com o sistema de monitoramento de qualidade.	SDS/DRHI	FEHIDRO

*São 2 variáveis de gestão de PLANEJAMENTO com atendimento obrigatório em todos os períodos de certificação (2.1 e 2.2); 3 em 2017 e 2018.*

*Alcance dos níveis de exigência em pelo menos 3 variáveis de gestão*

ID	VARIÁVEIS A SEREM	Tipo	Peso (%)	Nível aprovado	Auto Avaliação 2014	Auto Avaliação 2015	DESAFIO?	PRINCIPAIS ASPECTOS LEVANTADOS	AÇÕES PROPOSTAS	Respon-sáveis	Fonte de recursos
3.1	Base cartográfica	B	10	5	5	5	NÃO	Hidrografia vetorial escala 1:10.000 padrão cartográfico INDE e codificação da ANA. Balanço Hídrico e planejamento utilizam essas bases.	Está sendo implementado o SIG que interliga esses dados com os de outras áreas temáticas.	DRHI/SDS	FEHIDRO
3.2	Cadastrros de usuários e infraestrutura	I		3	3	3	NAO	Processo continuado de consistência das cerca de 60 mil declarações (aprox. 100 mil interferências).	Atualização do sistema; integração dos dados de outorga no sistema CEURH. Desatio estado: integrar cadastro com outorga. Desatio Progestão: integrar cadastro estadual com CNAKH sem retrabalhos.	DRHI/SDS	FEHIDRO
3.3	Monitoramento hidrometeorológico	B		2	2	3	NAO	Existem redes pluviométricas e fluviométricas operadas em âmbito estadual próprias ou mistas (operadas pela EPAGRI em articulação com a ANA) bem como um planejamento no SC-Rural, Defesa Civil e EPAGRI para implantação, ampliação e modernização dessas redes. Foi informado que a ANA (Diana e Alessandra) estará no estado nos próximos dias 17 e 18 de novembro, quando dúvidas sobre o funcionamento da Sala de Situação poderão ser sanadas. Na ocasião foi esclarecido, conforme planilha do gestor PCD anexa que, até julho de 2016, o índice de transmissão das PCDs não atingiu a meta de 80%.	Foram adquiridas pelo estado e instaladas 77 estações da rede de monitoramento hidrometeorológico operadas pela EPAGRI. A integração DRHI-EPAGRI está possibilitando a adequada manutenção das estações e os índices de performances das estações. Ver possibilidade de apoio alternativo ao repasse de recursos - veículos, cota-combustível, disponibilização de técnicos/bolsistas contratados.	SDS/EPAGRI	FEHIDRO
3.4	Monitoramento da qualidade de água	B		2	1	1	SIM	Em processo de negociação para contratação de instituição estadual para efetuar o monitoramento (ou iniciativa privada). Possibilidade de compartilhamento de dados quali da FATMA. Elaborado, aperfeiçoado e em curso TDR para contratação de entidade para criar o Sistema de Monitoramento da Qualidade da Água, integrar com algumas ações de monitoramento da qualidade efetuada em algumas bacias por entidades específicas e, finalmente, o próprio monitoramento estadual, com possível adesão do estado ao programa Qualiáguas. Prazo para o Estado monitorar a qualidade da água - 2017. Segundo informado está prevista a contratação de empresa para monitoramento da qualidade da água.	O estado tem a intenção de delegar <b>boa parte</b> dessa atividade à instituição a ser contratada, além de obter dados de outras instituições do estado (FATMA). E, num segundo momento, o estado manifestou interesse em aderir ao Qualiáguas. É necessário formalizar a manifestação de interesse - entrar em contato com Maurrem Ramon Vieira <maurrem@ana.gov.br> ou Maria Tarcisia Ferreira de Carvalho Lavor <maria.lavor@ana.gov.br>	DRHI/SDS	FEHIDRO
3.5	Sistema de informações	A		3	3	3	NÃO	O sistema estadual de RH (SIRHESC) é composto pelo cadastro, balanços hídricos (SADPLAN), informações geográficas (dados geoespaciais e temáticos acesso restrito institucional, dados pessoais), pelo Portal Web com páginas por setor e sistema para outorga em fase de TdR.	Integrar no SIRHESC dados de outros sistemas internos e links de outras instituições, já concluído o desenvolvimento do SIG, necessitando aperfeiçoamentos, reestruturar o Portal Web (já concluído). A página web do Progestão está concluída e será publicada até o final deste mês. Propiciará acesso às informações, registros e documentos do programa em todas as UFs, inclusive os Informes com especificação das metas para o ciclo de avaliação, registro de boas práticas que podem ser úteis aos gestores, bem como links de acesso às páginas web dos demais órgãos estaduais e CBHs.	DRHI/SDS	
3.6	Pesquisa, desenvolvimento e inovação	A		2	2	2	NÃO	O FEHIDRO financia em conjunto com a FAPESC pesquisa no Aquífero Guarani/Serra Geral (confirmar se existe este ano), além de diversas demandas específicas oriundas ou canalizadas via CBHs, ou instituições acadêmicas, ONGs, Prefeituras, etc.	Estabelecer convênio com a FAPESC para institucionalizar programa de pesquisa sobre gestão de recursos hídricos. Criar orçamento no FEHIDRO para financiamento de programas e pesquisas. Estreitar relacionamento com meio acadêmico, definindo linhas de pesquisa e alocar recursos regularmente.	GABS/DRHI/SDS	

São 2 variáveis de gestão de INFORMAÇÃO com atendimento obrigatório em todos os períodos de certificação (3.1, 3.2): 3 em 2017 e 2018.

Alcance dos níveis de exigência em pelo menos 3 variáveis de gestão



ID	VARIÁVEIS A SEREM	Tipo	Peso (%)	Nível aprovado	Auto Avaliação 2014	Auto Avaliação 2015	DESAFIO?	PRINCIPAIS ASPECTOS LEVANTADOS	AÇÕES PROPOSTAS	Respon-sáveis	Fonte de recursos
4.1	Outorga de direito de uso	B	5	3	2	2	SIM	Há emissão de outorga para captação de água, mas não de lançamento de efluentes.	Definir critérios e procedimentos para dar início ao processo de outorga de lançamentos em bacias críticas. Até o ciclo 2015 não havia obrigatoriedade, porém no ano de 2016 é obrigatório pelo menos uma outorga de lançamento - sugere-se uma bacia piloto onde já exista enquadramento (Itajaí). Ver boas práticas de outras UFs (Paraná/Jacqueline, RS) como referência.	DRHI/SDS	
4.2	Fiscalização	B		3	2	3	NÃO	Fiscalização com estrutura limitada (dois técnicos) e atua apenas sob demanda. A fiscalização está em fase de regulamentação. Há previsão de contratação de 11 bolsistas para integrar a equipe responsável pela gestão de recursos hídricos por meio de parceria com a Fapesc.	Regularizar os procedimentos fiscalizatórios, fortalecer o setor e estruturar os mecanismos de integração das ações com os demais órgãos envolvidos. Reuniões com Polícia Ambiental com poucos avanços.	DRHI/SDS	
4.4	Sustentabilidade financeira do sistema de gestão	I		2	2	2	NÃO	Os recursos em uso provêm do Tesouro Estadual e do FEHIDRO, que hoje é composto da CFURH, emolumentos da outorga e outras fontes. O sistema não tem cobrança. 2015 teve investimentos do FEHIDRO da ordem de 15 milhões, dos 40 milhões da Compensação Financeira do Setor Elétrico para o estado.	Proposta de revisão/ajuste dos valores dos emolumentos não evoluiu por falta de motivação política tendo em vista que outros estados praticam valores inferiores. Convênios, contratos e outros aportes eventuais podem ser também utilizados. Tentar obter o repasse integral da CFURH.	DRHI/SDS/ERH	
4.5	Infraestrutura hídrica	A		2	1	2	NÃO	O estado, através da Secretaria da Defesa Civil, conta apenas com o apoio de um técnico aposentado que dá indicações para a operação de um reservatório estratégico. A Defesa Civil já conta com mais técnicos para apoiar suas ações. Os planos contratados pela DC para ampliação de barragens contempla a normalização da Lei de Seg Barragens - impacto, risco. A CASAN também tem estruturas de acumulação para abastecimento urbano anteriores à Lei de SB, precisando ser enquadradas a partir da regulamentação a ser feita pela DRHI. A Sec Agricultura (SAR) tb tem reservatórios operados por cooperativa de irrigantes, que estão em processo de avaliação para outorga.	A Secretaria da Defesa Civil do Estado realiza uma atualização do levantamento da situação física e condições de operação das barragens de segurança contra cheias, cujo resultado deverá ser compartilhado com as demais secretarias. Deverá ser elaborado um plano de operação desses reservatórios em situações críticas com atribuição de responsabilidades entre os órgãos do sistema.		
4.6	Gestão e controle de eventos críticos	A		2	3	3	NÃO	A EPAGRI opera a Sala de Situação de SC para múltiplos fins, especialmente de eventos críticos. Foi solicitada a transferência do patrimônio de equipamentos da rede da ANA operados pela EPAGRI, a fim de viabilizar a sua manutenção correlativa em caso de falha operacional. Repasse de 1,74 milhões à EPAGRI em abril de 2016.	Maior articulação entre as entidades envolvidas no monitoramento, ações de alerta e prevenção, em especial a SDS e a Epagri. Está previsto a partir do segundo semestre deste ano o repasse de estações de monitoramento hidrológico adquiridas pelo governo estadual/SDS para operação pela EPAGRI. Ver relatório de Programa de impactos de eventos críticos (tendências futuras) financiado pelo banco mundial e executado por consultora inglesa.	DRHI/SDS/EPAGRI	
4.7	Fundo Estadual de Recursos Hídricos	I		3	3	4	NÃO	O FEHIDRO foi instituído pela Lei 9.748/94 e é regulamentado por Decretos Estaduais.	A aplicação dos recursos do FEHIDRO é um gargalo sendo necessário rever a prática adotada. Necessidade de normalizar o repasse de recursos aos comitês e às demais entidades vinculadas ao sistema. Planejar a priorização para atendimento às linhas temáticas - ainda a ser definido (na linha das prioridades do Plano Estadual). Fomentar programas indutores, a exemplo da iniciativa de CBHs de ações como Produtor de Água.	Presidente do CERH, GEPLA, DRHI	
4.8	Programas indutores	A		2	1	2	NÃO	Em relação ao ICMS Ecológico, o estado possui Projeto de Lei Complementar na Assembleia Legislativa, proposto 2003, porém o PL não está em andamento. A iniciativa de proposição do PL foi da FATMA - Fundação do Meio Ambiente, com a participação do Comitê da Reserva Biosfera da Mata Atlântica e a colaboração da Associação de Proprietários de RPPN, a RPPN Catarinense.	Continuar a discussão do ICMS ecológico. Transformar o projeto produtor de água (existente em algumas bacias do estado) em programa estadual. Rever e fomentar a aplicação das leis já existentes no estado.	Governo e Assembleia Estadual	

1 variável de gestão OPERACIONAL com atendimento obrigatório em todos os períodos de certificação (4.1): 2 em 2017 e 2018

Alcance dos níveis de exigência em pelo menos 3 variáveis de gestão